

RENATA PIRES DA SILVA FREITAS

Matricula 11421ECO001

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS PLANTAÇÕES DE MILHO DO TRIÂNGULO
MINEIRO E ALTO PARANAÍBA NOS ANOS 2000 E 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2022

RENATA PIRES DA SILVA FREITAS

Matrícula 11421ECO001

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS PLANTAÇÕES DE MILHO DO TRIÂNGULO
MINEIRO E ALTO PARANAÍBA NOS ANOS 2000 E 2010

Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RENATA PIRES DA SILVA FREITAS

Matrícula 11421ECO001

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS PLANTAÇÕES DE MILHO DO TRIÂNGULO
MINEIRO E ALTO PARANAÍBA NOS ANOS 2000 E 2010

Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 12 de agosto de 2022

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

Profª. Dra. Soraia Aparecida Cardozo

Prof. Dr. Cassio Garcia Riberio Soares da Silva

AGRADECIMENTOS

Nesses anos de caminhada é vasta a lista de pessoas que estiveram ao meu lado. Não conseguiria citar o nome de cada uma delas, mesmo assim, com o coração repleto de alegria e gratidão destaco a seguir pessoas que foram fundamentais para a conclusão de mais uma etapa da minha vida.

Portanto, quero agradecer aos meus amigos, irmãos em Cristo e pastores, Rafael e Mariana, que não apenas me impulsionaram a prestar a prova e ingressar na Universidade, mas também me deram o suporte espiritual que precisei para trilhar esse caminho.

Agradeço também a minha comunidade de fé que esteve ao meu lado me suportando em amor, em fé e em amizade genuína.

A minha psicóloga Gisele que nesses últimos meses tem me ajudado a trilhar o caminho de volta a minha essência e a acreditar em todo o meu potencial.

A minha amada mãe, que sempre foi e continua sendo minha inspiração de perseverança, luta, força e amor. A minha querida irmã Carla que sempre está ao meu lado quando preciso. A minha dindinha Florita por desde a minha infância sonhar os meus sonhos. A minha querida sogra Cecília e tia Clemência que se tornaram minha família e suporte.

Quero agradecer ao meu professor, orientador e amigo, Carlos Nascimento, que durante anos se dedicou em me orientar através do seu olhar humano, sempre com conselhos sábios e um coração disposto a ensinar com excelência, humildade e mansidão.

Agradeço aos meus filhos, Lara e Noah, que alegram os meus dias e me ajudam a lembrar que tudo o que faço e sou transcende a minha própria existência, vocês têm o meu coração.

Ao meu companheiro, amante, melhor amigo e amor, Willer, por me lembrar de quem eu sou, por me ver com doçura, gentileza, amor e misericórdia, eu não poderia ter chegado até aqui sem você. Te amo!

E sobretudo ao meu Deus que sustem a minha vida em suas mãos e que de forma maravilhosa me amou e me atraiu para si. A ti seja dada toda honra e toda glória para sempre!

RESUMO

O artigo faz análise da evolução da qualidade de emprego dos trabalhadores do Milho na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nos anos de 2000 e 2010, por meio do cálculo do Índice de Qualidade do Emprego. A motivação para a análise consiste em estudos que apontam para uma piora na qualidade do emprego dos trabalhadores do rural brasileiro, a partir do pacto econômico com foco na primarização da economia como enfrentamento a crise cambial de 1999, deterioração esta que viria se sustentando desde então. Os resultados obtidos mostram que a piora da qualidade do emprego não se confirma por completo, uma vez que em um primeiro momento houve melhora do índice, porém, ao ser elevado novamente o peso da variável que diz respeito à renda no emprego principal, o índice volta a cair, ficando em um patamar inferior ao inicial. Contudo, o estudo mostra que não houve melhora na qualidade do emprego, uma vez que o rendimento puxou para baixo os índices que se mantiveram com valores medianos em uma escala de 0 a 100.

Palavras-chaves: Qualidade do Emprego; Trabalho Excessivo; Milho; Triângulo Mineiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. A BUSCA PELA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL SEGUNDO ABORDAGEM MARXISTA, DESDOBRAMENTOS NO MUNDO, NO BRASIL E NO RURAL BRASILEIRO	7
1.1 Modo de produção capitalista segundo Karl Marx e a recuperação do processo de acumulação do capital	7
1.2 Mudanças ocorridas no mundo para a superação dos entraves à acumulação capitalista	10
1.3 Mudanças ocorridas no Brasil para a superação dos entraves à acumulação capitalista	12
1.3.1 O rural brasileiro no processo de superação dos entraves à acumulação capitalista e os impactos sobre os trabalhadores rurais	14
2. METODOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO (IQE).....	16
3. RESULTADOS DAS ANÁLISES DOS IQE'S PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS E MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO DO PARANAÍBA.....	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

Introdução

De acordo com Marx (2014), o modo de produção capitalista tem por fundamento a exploração da classe trabalhadora, sendo que é o valor produzido por essa classe e apropriado pelo capitalista (mais valia), que permite a reprodução e sustentação do sistema.

Sendo assim, no decorrer das décadas, para cada entrave que se interpôs à acumulação capitalista, o capital lançou novas formas de superar tais obstáculos, a fim de assegurar a escalada dos lucros a partir da exploração do trabalho.

Para isso o modelo de produção Taylorista/Fordista deu lugar ao Toyotismo, no qual o trabalhador não desempenhava apenas uma função, e sim várias funções, sendo explorado para além da sua força muscular, mas também sua capacidade organizacional e criativa.

O modelo de Bem-Estar-Social advindo das políticas keynesianas do pós segunda guerra, deu lugar na década de 70 às políticas neoliberais, cuja reestruturação se deu com base em ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora.

Todos esses fatores somados à adoção das tecnologias poupadoras de mão de obra provenientes da “Revolução Verde” e a opção do pacto econômico em resposta à crise cambial de 1999, cuja característica principal foi o avanço do agronegócio por meio da primarização das exportações, impactou de forma negativa sobre os trabalhadores do rural brasileiro.

Tal impacto configurou exploração excessiva (superexploração) dos mesmos, que se deu pelo rendimento do trabalho inferior ao valor da força de trabalho, a jornada de trabalho e intensidade do trabalho além dos limites sociais e legais aceitáveis.

Sendo assim, o presente trabalho pretende analisar a evolução das condições de trabalho dos trabalhadores assalariados das plantações de Milho do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme dados do Censo Demográfico dos anos 2000 e 2010. A hipótese é de que as condições de trabalho apresentaram piora.

Existem indicações de que o Milho surgiu no México, na América Central ou no sul dos Estados Unidos, e depois da colonização das Américas também passou a ser cultivado em solo europeu. Estudos arqueológicos, sobretudo com desintegração radioativa apontam que o milho é cultivado há pelo menos 5000 anos. Assim, o milho pode ser considerado dentre as plantas comerciais com origem nas Américas a mais importante. (AGROLINK, 2022)

A cadeia do milho mostrou-se de grande importância para a economia brasileira no ano de 2020, período de grandes desafios devido a pandemia do Corona Vírus. Nesse período o agronegócio destacou tanto em relação ao abastecimento do mercado interno quanto em relação às exportações que se destinaram para cerca de 170 países. O saldo de exportações do milho em 2020 foi de US\$5,6 bilhões, o que representou mais de 10% do saldo brasileiro. (NIDERA SEMENTES, 2021)

Segundo dados do Ministério da Agricultura o Valor Bruto de Produção (VBP) da agropecuária no ano de 2020 foi de R\$871,3 bilhões sendo que a agricultura foi responsável por 67% desse valor. O Milho por sua vez, vem ocupando um lugar de evidência, seu VBP em 2020 foi de R\$99 bilhões, além de ter sido responsável por 17% da produção agrícola do Brasil, o que lhe conferiu o 2º lugar em termos de VBP dentre as culturas do agronegócio brasileiro. (NIDERA SEMENTES, 2021)

De acordo com a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o milho em grão ocupou 2º lugar do *ranking* em vários quesitos da pesquisa, ficando atrás somente da soja na maior parte dos resultados. (NIDERA SEMENTES, 2021)

Sendo assim, a produção de milho no país no ano de 2020 apresentou os seguintes resultados de acordo com a PAM: 16.351.075 milhões de hectares de área plantada ou destinada à colheita; 18.253.766 hectares de área colhida; produção de 103.963.620 toneladas; R\$73.949.252,00 de valor produzido e por fim, rendimento médio da produção de 5.695 Kg por hectare, apenas nesse último quesito o milho ficou em 4º lugar, perdendo para a produção de laranja, mandioca e arroz (em casca). (NIDERA SEMENTES, 2021)

Evidenciada a importância do Milho para a economia brasileira e para que o presente trabalho fosse realizado foi criado o Índice de Qualidade do Emprego (IQE), calculado por meio de um conjunto de variáveis, indicadores simples e indicadores parciais, com vistas a analisar a evolução da qualidade do emprego dos trabalhadores assalariados do Milho na mesorregião do TMAP. O referido índice está detalhado na seção da metodologia.

O artigo está organizado em quatro sessões além dessa introdução. A primeira seção traz a busca pelo capital, segundo uma abordagem marxista e os seus desdobramentos tanto no mundo, quanto no Brasil e mais especificamente no rural brasileiro como forma de superar os obstáculos que impossibilitariam a acumulação capitalista. Sendo assim, essa primeira seção está dividida

em três subseções, na primeira subseção aborda o modo de produção capitalista segundo a visão de Karl Marx bem como o processo de acumulação de capital para o mesmo. Na segunda subseção é realizado um retrospecto histórico com objetivo de demonstrar as mudanças ocorridas no mundo a fim de garantir a acumulação capitalista. Já na terceira subseção tem-se também um retrospecto histórico nesse mesmo sentido, porém para o Brasil, essa subseção se desdobra em outra onde buscou-se mostrar não apenas as alterações ocorridas no rural brasileiro na busca da superação dos entraves a acumulação capitalista, como também os impactos sobre os trabalhadores do rural brasileiro. Na segunda seção é detalhada a metodologia de aferição da qualidade do emprego. Na terceira seção são realizadas as análises a partir dos IQE's tanto para o Estado de Minas Gerais quanto para a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. E por fim, na última seção são feitas as considerações finais.

1. A BUSCA PELA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL SEGUNDO ABORDAGEM MARXISTA, DESDOBRAMENTOS NO MUNDO, NO BRASIL E NO RURAL BRASILEIRO

1.1 Modo de produção capitalista segundo Karl Marx e a recuperação do processo de acumulação do capital

Para Marx (2014), o modo de produção capitalista é sustentado pela exploração do trabalhador, pois este não recebe a remuneração correspondente a tudo o que produz. Numa parte da jornada de trabalho (tempo de trabalho necessário - TTN) a força de trabalho produz uma quantidade de bens ou serviços cujo valor corresponde ao pagamento do seu salário diário.

No entanto, a produção não para neste momento, a outra parcela da jornada de trabalho (tempo de trabalho excedente - TTE) resulta em uma produção a qual a força de trabalho não será remunerada por ela, excedente para o capitalista, a qual Marx chamou de mais valia e corresponde à parte do trabalho não pago ao trabalhador. (MARX, 2014)

A exploração da força de trabalho a qual Marx (2014) se refere ocorre em condições normais, pois pressupõe que o trabalhador está sendo remunerado pelo valor que foi acordado no momento da compra da sua mercadoria, força de trabalho, e que o mesmo está trabalhando dentro do limite da jornada de trabalho fixada por lei.

No entanto, o autor aponta que o trabalhador pode ser explorado excessivamente. Uma das formas de exploração excessiva está vinculada à extensão da jornada de trabalho não acompanhada pelo seu devido pagamento.

Dessa forma, aumenta-se o tempo de trabalho excedente e, portanto, o valor que será apropriado pelo dono do capital, sem ocorrer a devida contrapartida ao trabalhador, dando origem, do ponto de vista da extensão da jornada de trabalho, ao que Marx chamou de mais valia absoluta. (MARX, 2014)

Nesse caso, para se caracterizar como exploração excessiva o aumento da jornada de trabalho além do normal não será acompanhada do aumento na remuneração da força de trabalho na mesma proporção. (MARX, 2014)

O devido pagamento da força de trabalho é necessário porque trabalhando por um maior período de tempo, o trabalhador se desgastará mais, sendo imprescindível obter uma remuneração que permita o acesso aos bens e serviços necessários para a sua reprodução, a fim de não comprometer a sua saúde, qualidade de vida e bem-estar, que por sua vez poderia impedir a venda da sua mercadoria, força de trabalho, no período seguinte. (MARX, 2014)

Além disso, com o advento das novas tecnologias no modo de produção capitalista, a exploração excessiva pode dar-se também através da intensificação do trabalho. Pois neste novo momento, a máquina dita o ritmo do trabalho, possibilitando que o trabalhador produza mais no mesmo período de tempo. Ocorre dessa forma, a redução do TTN e Conseqüentemente amplia-se a extensão do TTE, assim, dentro de uma mesma jornada de trabalho o capitalista se apropria de mais valor, resultando na mais valia relativa. (MARX, 2014)

Porém, vale esclarecer que a exploração excessiva não está associada necessariamente à produção maior de mais-valia, mas sim ao pagamento do valor da força de trabalho aquém do valor necessário para garantir a reprodução das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Uma vez que, se o trabalhador mais desgastado por uma jornada estendida (ou maior intensidade) para além do que é convencionado normal para dada sociedade em dado período de tempo, receber pagamento extra que garanta a reprodução normal das condições de trabalho e vida do trabalhador, configurará a troca de equivalentes, mantendo-se assim dentro da normalidade. (NASCIMENTO, 2018)

Durante o percurso de construção da sociedade capitalista e da dominação do capital, a classe operária dos países capitalistas centrais não aceitou de forma passiva as articulações do

capital, pois no final dos anos 60 e início dos 70 houve a resistência dos trabalhadores, que passaram a questionar os pilares de funcionamento do capital na sociedade, sobretudo o controle social da produção.

Dessa forma, eclodiram revoltas que iam desde a esfera individual com o absenteísmo, à esfera coletiva, caracterizadas por greves e formação de conselhos, entre outras ações que visavam a conquista sobre o poder de processo do trabalho. (ANTUNES, 2001)

Sendo assim, o operariado mostrou dispor de uma capacidade organizacional, de iniciativa e inteligência até então não percebidas pelos donos do capital, e após arrefecido os tempos de revolta, os capitalistas identificaram a possibilidade de explorar além do trabalho proveniente da força muscular, mas também, o poder organizacional e criativo dos trabalhadores.

Dessa maneira, houve a criação de tecnologias mais avançadas e novas formas de gestão, surgindo o novo modelo de produção voltado para a qualidade e flexibilidade do trabalho, o toyotismo. (ANTUNES, 2001)

Nesse modelo de produção, ao contrário do que ocorria no fordismo, o trabalhador não desempenhava apenas uma função na empresa, mas era responsável por várias funções de acordo com as necessidades de produção da mesma.

Fato propiciado pela desregulamentação do mercado de trabalho, que acarretou também o aumento das terceirizações, o aumento do desemprego, da precariedade do trabalho e do Exército Industrial de Reservas (EIR), além da queda na média salarial. (MENELEU, 1998)

Dessa forma, segundo Meneleu (1998) o EIR foi um dos fatores fundamentais para o fortalecimento e recuperação do processo de acumulação do capital. As alterações na Composição Orgânica do Capital, enunciadas por Marx, não foi único elemento para a sua formação, mas também as novas políticas adotadas pelos governos.

Assim, o EIR tornou-se um mecanismo central para os donos do capital obterem autonomia e liberdade para explorar, uma vez que, quando a oferta de força de trabalho é superior a demanda, tem-se o enfraquecimento dos sindicatos e a submissão dos trabalhadores a menores salários e jornadas de trabalho mais prolongadas.

Conforme Marx analisou, a Composição Orgânica do Capital está ligada a forma com que o capital se divide nas empresas, sendo assim, é a razão existente entre Capital Constante, composto por máquinas, e o Capital Variável, formado pela força de trabalho.

Diante disso, o autor assinala que devido ao aumento da concorrência no mercado mundial, a cada período de recessão as empresas investem mais em capital constante, com redução relativa do capital variável para aumentar a produtividade a fim de se tornarem mais competitivas e conseguirem abater as indústrias mais fracas tecnologicamente.

1.2 Mudanças ocorridas no mundo para a superação dos entraves à acumulação capitalista

O sistema de produção Taylorista/Fordista que desde o seu princípio havia sido a máquina de sustentação de acumulação capitalista viu-se em crise a partir dos anos 70. Esse fato ocorreu devido à inserção de países produtores de custos mais baixos na concorrência mundial.

Com a inserção de países como a Alemanha e o Japão no mercado internacional, ocorreu a diminuição da fatia de mercado entre os países desenvolvidos, a queda das taxas de lucros, o excesso da produção e a conseqüente queda da taxa de produtividade. (ANTUNES, 2001)

Todos esses fatores geraram impactos sobre os trabalhadores, cujos salários foram reduzidos, além de acarretar o aumento do desemprego estrutural. Nessa conjuntura, tanto a produção quanto o investimento produtivo apresentaram grandes declínios. (ANTUNES, 2001)

Diante desse cenário, os capitais não conseguindo altas remunerações no setor produtivo, migravam para o setor financeiro, que conforme Antunes (2001) tornava-se cada vez mais autônomo e desregulamentado, o que acentuava a piora nas condições de trabalho e o desemprego.

Somado a tudo isso, tem-se que a partir dos anos 60, iniciou-se a crise do modelo de "Estado de bem-estar social" adotado no pós-guerra, que acarretou uma retração dos gastos públicos, além das acentuadas privatizações e fusões dos grandes conglomerados, levando a crise das políticas keynesianas. (ANTUNES, 2001)

A crise do fordismo e keynesianismo revela uma crise estrutural do capital, que é intrínseca ao seu modo de funcionamento. E como forma de resposta à sua própria crise, o capitalismo deu início a uma reestruturação ideológica e política, a fim de recuperar os patamares de expansão anteriores. Houve assim, a implementação do liberalismo. (ANTUNES, 2001)

Ainda conforme o autor, essa reestruturação ocorreu com base em uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora, uma vez que foram abandonadas

as políticas que buscavam garantir um melhor bem-estar a esses e em contrapartida adotou-se políticas objetivando o retorno crescente da acumulação de capital.

Meneleu (1998) relata que a ofensiva do capital e do Estado contra a classe trabalhadora buscou eliminar os empecilhos que levaram à crise do modelo de acumulação fordista. Sendo assim, para recuperar o lucro capitalista e retomar o seu crescimento, foi necessário enfraquecer a classe trabalhadora.

Com o advento das políticas keynesianas no pós guerra, os trabalhadores organizados através dos sindicatos conseguiam aumentos salariais e além disso, resistiam às tentativas de intensificação do ritmo de trabalho para a produção, oferecendo obstáculo para acumulação do capital.

Para que ocorresse o enfraquecimento da classe trabalhadora e a recuperação do lucro capitalista foi necessário a desregulamentação da economia, abrangendo não só o mercado de trabalho, mas também a prática de políticas monetárias neoliberais.

Essas práticas justificavam a queda da inflação as custas de um nível crescente de desemprego, que juntas, possibilitaram o aumento do Exército Industrial de Reserva (EIR), a subordinação do trabalho e a liberdade para o capital explorar. (MENELEU, 1998)

Por tudo isso, Meneleu (1998) assinala que o desemprego de longa duração, que se tornou cada vez mais presente no século XX, não resultava do desenvolvimento natural das sociedades, mas procedia das ações das empresas e dos governos, que através de novas tecnologias e de políticas econômicas neoliberais criavam as condições ideais para a exploração do capital.

Diante desse cenário, a classe operária dos países de terceiro mundo foi a que mais sofreu, pois não conseguindo alcançar níveis tecnológicos próximos aos dos países desenvolvidos, foi submetida a uma maior precariedade no trabalho.

E mesmo nos países com maiores índices de avanço tecnológico, como Inglaterra e Japão, a tecnologia que antes carregava o discurso da possível redução do tempo de trabalho, agora era utilizada como meio de estendê-lo com o objetivo de tirar os países da crise. (ANTUNES, 2001)

Segundo Soares (2010), a nova forma de acumulação desenvolvida pelo capital, a acumulação flexível, foi a estratégia encontrada para tirar o sistema capitalista da crise dos anos 1970.

A acumulação flexível é caracterizada pela desregulamentação do trabalho, mudança organizacional e tecnológica, assim como os cortes de investimentos estatais, que resultaram na

precarização do trabalho e a elevação do desemprego. Tais características permitiram a recombinação de duas estratégias de procura por lucro, a mais valia absoluta e a mais valia relativa.

Houve assim, o ressurgimento da velha forma de extração da mais valia absoluta, possibilitada pela grande oferta de força de trabalho no mercado, configurando um cenário de subordinação do trabalho ao capital que possibilitava a este aumentar a jornada de trabalho.

Além disso, permitia a extração da mais valia relativa que se dava pelo aumento do ritmo de trabalho advindo das novas tecnologias utilizadas na produção. Sendo assim, a exploração do trabalho passa a ser constituída tanto pela intensificação do trabalho quanto pela extensão da jornada de trabalho. (SOARES, 2010)

1.3 Mudanças ocorridas no Brasil para a superação dos entraves à acumulação capitalista

A partir dos anos 80 as práticas neoliberais buscaram a desregulamentação da economia e a reposição do EIR, tornando-se dessa maneira pré-condição para o aumento da lucratividade através da intensificação do trabalho, conduzindo a um novo ciclo de acumulação do capital. Fato que conforme Meneleu (1998) pode ser observado no Brasil, durante o governo de Fernando Collor de Melo. Eleito em 1989, sua política impôs reduções salariais e a elevação do desemprego.

O governo Collor foi o principal instrumento de reestruturação capitalista no Brasil, causando não somente a elevação dos níveis de desemprego, mas o aumento do emprego informal, ao qual muitos chefes de famílias foram obrigados a se submeter, uma vez que o setor industrial foi um dos mais impactados pelas demissões, terceirizações e programas de racionalização praticados pela indústria. (MENELEU, 1998)

O governo Fernando Henrique Cardoso, empossado em 1995, foi em linhas gerais uma continuidade das políticas neoliberais iniciadas no governo Collor. Sendo que as políticas do governo FHC foram balizadas em uma política monetária restritiva e de abertura comercial.

Através do Plano Real iniciado em 1994, ainda enquanto Ministro da Fazenda, FHC obteve sucesso na redução da inflação, mas em contrapartida lançou o país em um processo recessivo, promovendo desemprego e por sua vez, minando o poder dos sindicatos e da classe trabalhadora. (ALVES, 1998)

Com a inserção do país na concorrência mundial, houve a exposição do mesmo às crises intrínsecas as políticas neoliberais e, como forma de reação do capital à crise, deu-se início a implementação dos Programas de Qualidade Total e de terceirização que resultaram na precarização do trabalho, assim como o aumento do desemprego, a redução dos salários e a contínua busca por incremento à produtividade do trabalhador. (ALVES, 1998)

Com essa conseqüente elevação do desemprego, Meneleu (1998) aponta que a abundante oferta de força de trabalho tornou-se determinante para a alocação de investimentos produtivos. Desta forma, as fábricas passaram a procurar "campos virgens", locais onde não havia indústrias instaladas e com poucas opções alternativas de emprego, ou ainda locais onde a organização sindical não fazia parte de seus precedentes históricos.

E foi dessa forma, que no Brasil dos anos 90, deu-se início a uma guerra fiscal entre os Estados, a fim de disputar os escassos investimentos produtivos existentes, o que possibilitou às empresas se instalarem em novas regiões, pagando menos impostos e ainda conseguindo recrutar uma massa operária obediente e submissa. (MENELEU, 1998)

A primeira década dos anos 2000, principalmente a partir de 2003, já sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi marcada em grande medida pela continuidade da política econômica do seu antecessor, FHC. No escopo dessa continuidade está a estratégia do agronegócio com a opção primário exportadora a fim de garantir elevados saldos comerciais para contrabalançar o déficit de serviços na Conta Corrente. (DELGADO, 2012)

Nesse ínterim, o crescimento experimentado no país foi resultado em grande medida da elevada demanda por *commodities*, sobretudo advinda dos países emergentes, movimento conhecido como boom das *commodities*, além da redução das taxas de juros internacionais e do crescimento do consumo interno fomentado pelo aumento do salário mínimo e pelos programas de transferência de renda.

Em linhas gerais e do ponto de vista agregado, os anos 2000 principalmente a partir de 2004, apresentou uma trajetória positiva no que diz respeito ao desempenho do mercado de trabalho. Ao observar o mercado formal de trabalho, nota-se um salto dos empregos formais, aumento da escolaridade média dos empregados, além da queda do emprego entre jovens de 10 a 17 anos. (AMITRANO, 2013)

1.3.1 O rural brasileiro no processo de superação dos entraves à acumulação capitalista e os impactos sobre os trabalhadores rurais

Ao longo do processo de desenvolvimento capitalista o capital visou obter crescentes lucros por meio da exploração do trabalho, para tanto, sempre que necessário, lançou novas formas de superar os obstáculos que se impõe à acumulação. Além do setor industrial, o setor agrícola mostrou-se fundamental para a reprodução do sistema capitalista na economia brasileira.

A importância desse setor como resposta aos obstáculos impostos ao processo de acumulação do capital é vista com clareza a partir do pacto de economia política do agronegócio realizada em 1999 ainda no segundo governo FHC, como enfrentamento à crise cambial eclodida no país nesse ano.

Segundo Delgado (2012), o pacto configura um arranjo de política externa sob a luz da Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, ao qual insere o Brasil como provedor de produtos agrícolas e minerais na nova divisão internacional do trabalho.

Dessa maneira, a renda fundiária se torna a principal fonte não apenas de garantia da acumulação de capital e da tentativa de gerar equilíbrio na Conta Corrente no Balanço de Pagamentos brasileiro, como também o setor agrícola passou a ser o setor responsável por puxar os demais setores da economia para o crescimento no longo prazo.

A primarização das exportações buscou alcançar o equilíbrio da Conta Corrente garantindo entradas na Balança Comercial que fossem suficientes para cobrir as elevadas saídas da Balança de Serviços e Renda, caracterizada pela renda dos elevados pagamentos de lucros e dividendos do grande afluxo de capitais atraídos pela política de juros altos.

No entanto, além desse movimento ser viável apenas no contexto de alta liquidez internacional, como ocorreu entre os anos de 2004 e 2010, a entrada desses capitais não está vinculada às exportações primárias, gerando assim, um déficit estrutural na Conta Serviços que se soma ao outro déficit estrutural do seguimento industrial da economia brasileira, que por sua vez reforçam a dependência externa do país.

É nessa inserção externa dependente que configura a superexploração dos recursos naturais e do trabalho humano. Delgado (2012) evidencia a superexploração¹ dos trabalhadores

¹¹ Esse termo, superexploração, que Delgado toma de empréstimo de Ruy Mauro Marini, do nosso ponto de vista, corresponde à categoria que destacamos de *O Capital* de Marx: exploração excessiva.

rurais a partir de dados dos benefícios por incapacidade concedidos a esses trabalhadores na primeira década dos anos 2000. Faz parte dos benefícios por incapacidade o “Auxílio Doença”, “Auxílio Acidente” e “Aposentadoria por invalidez” concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

O autor mostra por meio desses dados que entre o ano 2000 e 2009 ocorreu um incremento de 45% de segurados rurais nas modalidades de benefícios citados acima. A gravidade exposta por esse percentual está no fato de que tanto o Censo Agropecuário de 1996 quanto o de 2006 evidenciam uma queda na População Ocupada nesse setor, muito provavelmente devido a adesão das tecnologias poupadoras de mão de obra provenientes da “Revolução Verde”, além da maior dificuldade burocrática que os trabalhadores do rural se deparam para acessar as perícias do INSS.

Outro dado relevante é que comparado aos segurados urbanos, os segurados rurais permanecem mais tempo recebendo o auxílio, ficam por um tempo maior no “estoque de manutenção” o que pode ser indicativo de morbidades mais graves ou difícil acesso a tratamentos adequados na rede pública de saúde. (DELGADO, 2012)

Ao analisar as principais morbidades vinculadas aos segurados rurais beneficiados por auxílios doenças na base de dados do INSS, Delgado (2012) destaca como campeã as doenças do sistema osteomuscular.

Fato que o conduziu a estudar mais a fundo as condições de trabalho dos trabalhadores do setor que, embora seja conhecido como sinônimo de modernidade tecnológica no agronegócio é o que mais afasta trabalhadores com doenças com essa classificação médica, o setor sucroalcooleiro.

Não se sabe se o grau de formalização do emprego nesse setor trouxe a luz a verdade sobre as morbidades já existentes ou se evidenciou o avanço das mesmas na primeira década dos anos 2000, mas é fato que o ritmo de trabalho, as jornadas e os movimentos repetitivos que os trabalhadores desse setor lidam diariamente, são causas de doenças osteomusculares com o passar do tempo.

Além disso, o fato de a Previdência Social ser onerada enquanto o empregador fica livre dessa obrigação financeira específica, caracteriza uma das formas de superexploração segundo o conceito de Ruy M. Marini. (DELGADO, 2012)

Para Delgado (2012) o avanço do agronegócio e sobretudo a escolha da primarização das exportações como pacto econômico em resposta à crise cambial de 1999, impactou de forma negativa sobre os trabalhadores do rural brasileiro, uma vez que configurou a superexploração dos mesmos.

Essa superexploração se dá não apenas com o ritmo de trabalho acelerado e a jornada de trabalho excessiva, mas também a maior exposição a agentes químicos como os agrotóxicos utilizados em grande escala nas plantações a fim de assegurar a produção em larga escala, e ainda, as relações de trabalho precárias estabelecidas na contratação de trabalhadores sazonais.

Todos esses aspectos ocorrem sem a devida contrapartida financeira aos trabalhadores, uma vez que, apesar de ocorrer o aumento da produtividade no agronegócio não há evidências de aumento da taxa de salários, emprego e na massa salarial no mesmo período.

Diante desses fatores o presente trabalho tem por objetivo investigar a evolução das condições de trabalho dos trabalhadores assalariados das plantações de Milho do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a partir da classificação de trabalhadores explorados por meio de um indicador da qualidade do emprego, verificando dessa forma, se houve piora nas condições de trabalho conforme destacado por Delgado.

2. METODOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO (IQE)

A adoção de um índice sintético de qualidade do emprego para o ordenamento e a comparação entre grupos de ocupações visa apresentar, através de um único número, a participação conjunta das diferentes variáveis utilizadas para a aferição de alguns aspectos que seriam desejáveis em qualquer tipo de emprego. Tal índice representa uma forma mais sintética de expressar as informações originais dos indicadores. (BALSADI, 2000)

Obviamente, o conceito de qualidade do emprego pode variar segundo diversas perspectivas. O que se pretende é, a partir das variáveis selecionadas do Censo Demográfico, mensurar os efeitos de alguns itens relativamente consensuais sobre a qualidade do emprego que possam evidenciar a precarização das condições de trabalho dos trabalhadores assalariados em um determinado ramo ou setor de atividade.

Podendo, com isso, se configurar como uma *proxy* das condições de trabalho *excessivo* (superexploração) da força de trabalho pelo capital, tais como: utilização de trabalho infantil, jornada de trabalho semanal acima do fixado por lei, informalidade (inexistência de registro na carteira de trabalho), ausência de contribuição à previdência social e rendimento (salário) abaixo da linha de pobreza estipulada.

Para elaborar o Índice de Qualidade do Emprego (IQE), os procedimentos básicos serão os seguintes, de acordo com a metodologia descrita por Balsadi (2000):

a) Obtenção dos indicadores simples para os anos 2000, a partir dos microdados das variáveis presentes nas PNADs/IBGE. São eles:

- % de empregados com idade acima de 15 anos (Ninf), o que representa a proporção de trabalho não infantil empregada;
- % de empregados com jornada semanal de até 44 horas (Jorn), o que corresponderia à participação dos empregados sem sobretrabalho;
- % de empregados com carteira de trabalho assinada (Cart);
- % de empregados contribuintes da Previdência Social (Prev);
- Rendimento médio mensal dos empregados no trabalho principal (Rend);
- % de empregados com remuneração acima de 1 salário mínimo (Npob);

Desses indicadores, apenas o rendimento médio mensal precisa ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula:

$$\frac{\text{valor médio} - \text{mínimo}}{\text{máximo} - \text{mínimo}} \times 100$$

Onde, o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mínimo e máximo do rendimento encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

b) Elaboração dos indicadores parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores simples originais, no sentido de captar duas dimensões da qualidade do emprego (superexploração), que estão relacionadas com o grau de formalização do trabalho e o rendimento (salário)

obtido no trabalho principal. Assim, os dois indicadores parciais serão obtidos da seguinte forma:

$TRABFORMAL = (Ninf + Jorn + Cart + Prev)/4$; indica o grau de formalização do trabalho;

$TRABREND = (Rend_{padronizado} + Npob)/2$; agrega as duas variáveis de rendimento;

- c) Obtenção do Indicador de Qualidade do Emprego (IQE) a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais. O peso de cada indicador parcial para a composição do IQE buscará refletir as diferentes contribuições relativas e serão elaborados pelo sistema convencional de pesos, a partir de um sistema de prioridades. Para isso, serão feitas três ponderações diferentes. A primeira, com os mesmos pesos para os dois indicadores parciais, enquanto a segunda e terceira conterão pesos diferentes, aumentando-se o peso do indicador parcial de rendimento. As três ponderações a serem utilizadas podem ser expressas da seguinte maneira:

$$IQE = 1/2 TRABREND + 1/2 TRABFORMAL$$

$$IQE' = 0,60 TRABREND + 0,40 TRABFORMAL$$

$$IQE'' = 0,80 TRABREND + 0,20 TRABFORMAL$$

O IQE variará numa proporção de 0 a 100. Os valores mais baixos representam diminuição na qualidade do emprego ou elevação da superexploração (trabalho *excessivo*) da força de trabalho.

Como os indicadores simples originais não serão padronizados em função dos máximos e mínimos, com exceção do rendimento, mas serão levados em consideração os valores da totalidade da série, o IQE obtido é passível de comparação intertemporal.

Para essa comparação, ainda de acordo com Balsadi (2000), trabalharemos com a ideia de progresso relativo, calculado pela fórmula:

$$\frac{\text{valor do índice em t1} - \text{valor em t0}}{100 - \text{valor em t0}}$$

O denominador mostra o máximo crescimento possível a partir do ano inicial (progresso possível) e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso

efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria ou da piora nas condições e qualidade do trabalho.

Os indicadores do trabalho *excessivo* (superexploração) refletem cada um daqueles fatores utilizados pelo capital para explorar excessivamente a força de trabalho, como o rendimento do trabalho inferior ao valor da força de trabalho, a jornada de trabalho e intensidade do trabalho além dos limites sociais e legais aceitáveis.

O *software* aplicativo que nos auxiliará no processamento dos microdados CD/IBGE será o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Após o processamento dos microdados será feita a tabulação e análise das informações por meio de planilhas do Excel.

3. RESULTADOS DAS ANÁLISES DOS IQE'S PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS E MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO DO PARANAÍBA

A Tabela 1 mostra a evolução e distribuição, absoluta e relativa, dos ocupados nas atividades do Milho no estado de Minas Gerais, conforme dados do Censo Demográfico dos anos 2000 e 2010. Observa-se a partir da variação percentual dos números absolutos que houve queda em todas as categorias de ocupação analisadas.

É possível notar a redução do número de empregados com carteira de trabalho e queda um pouco mais significativa dos empregados sem carteira assinada, esse fenômeno dá a entender uma melhora das condições de trabalho, porém, pode ser resultado da substituição da mão de obra na produção de Milho por novas tecnologias poupadoras de mão de obra, suposição reforçada ao observar a queda no total de trabalhadores na atividade estudada.

Além disso, a queda na quantidade de trabalhadores com e sem carteira, e das demais categorias, como “Empregador”, “Conta-própria” e “Trabalhador na produção para o próprio consumo” pode ser indicativo – como hipótese para futuras investigações – da crescente monopolização das terras.

De acordo com Delgado (2012), diante do cenário de crescente demanda externa por *commodities* na primeira década dos anos 2000, o governo brasileiro optou pela busca do excedente econômico proveniente do setor primário exportador, chamado de modelo de “rendas de monopólio”, que objetivando garantir a captura da renda da terra acarretou reflexos na propriedade da terra e na sua distribuição superconcentrada.

A queda dessas 3 categorias de emprego pode ser também, indicativo de migração dos trabalhadores das áreas rurais para realizar a venda da mercadoria força de trabalho em setores da economia, que em grande medida, demandam trabalhadores de baixa qualificação. (NASCIMENTO et al., 2010)

Ao analisar a participação relativa de cada categoria no total de trabalhadores do setor do Milho em Minas Gerais, verifica-se que as categorias “Empregado sem carteira de trabalho”, “Conta-própria” e “Trabalhador na produção para o próprio consumo”, são as que apresentam maior participação, dessa forma, a maior parte dos trabalhadores pode não estar sendo assistidos legalmente quanto aos direitos trabalhistas. O que configuraria – no caso dos empregados – uma piora nas condições de trabalho.

Tabela 1 - Evolução e distribuição, absoluta e relativa, dos ocupados no Milho: Minas Gerais, 2000 e 2010

Posição na Ocupação	Nr Pessoas x 1.000			% s/ o Total do Ocupados	
	2000	2010	Var. %	2000	2010
Empregado com carteira de trabalho	5.841	2.367	-59,5	4,8	4,8
Empregado sem carteira de trabalho	28.456	10.769	-62,2	23,3	21,7
Empregador	514	160	-68,8	0,4	0,3
Conta-própria	35.358	15.137	-57,2	29,0	30,5
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	15.707	2.166	-86,2	12,9	4,4
Trabalhador na produção para o próprio consumo	36.086	18.995	-47,4	29,6	38,3
TOTAL	121.961	49.595	-59,3	100,0	100,0

Fonte: Microdados Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Projeto IERI/UFU (DIRPE/PSFE Nº 0140/2018)².

Na tabela 2 são apresentados os indicadores simples, parciais e IQEs dos assalariados do Milho de Minas Gerais, nos anos 2000 e 2010. Ao olhar para os indicadores simples, é possível notar um aumento considerável dos trabalhadores cuja jornada não ultrapassa as 44 horas semanais, além de um pequeno crescimento no percentual de trabalhadores com carteira assinada e daqueles que contribuem com a Previdência Social.

² Projeto “Condições de Trabalho e de Vida dos Assalariados (e dos Contas-próprias) na Agropecuária e em Setores Seleccionados da Economia Brasileira (2002-2015)”.

Além disso, os dados revelam uma queda no percentual dos assalariados com remuneração acima de 1 salário mínimo, que por sua vez, pode ser indicativo de que o rendimento dos empregados não está acompanhando outras melhorias do setor, o que implicaria uma piora no bem-estar desses trabalhadores.

Já em relação aos indicadores parciais, é possível notar um aumento no grau de formalização do trabalho (TRABFORMAL) e uma queda no rendimento proveniente do trabalho principal (TRABREND), dados que parecem reforçar um atraso nos ganhos financeiros dos trabalhadores do Milho em relação aos demais avanços trabalhistas do setor.

Ainda nessa tabela destacam-se os Índices de Qualidade do Emprego – IQE, sendo que no cálculo inicial é destinado a ponderação de 50% para os dois indicadores parciais constituintes do índice (TRABREND; TRABFORMAL). Em uma escala de 0 a 100, o IQE revela uma baixa qualidade dos empregos no Milho, uma vez que os resultados obtidos para os anos 2000 e 2010 não ultrapassam a média de 31%.

Para o cálculo do IQE' atribuiu-se peso maior ao indicador parcial de rendimento com o intuito de verificar qual a contribuição relativa desse indicador para o índice e assim inferir acerca do impacto do mesmo sobre o emprego.

Dessa maneira a ponderação (60-40) revela um aumento em comparação ao IQE tanto no ano de 2000 quanto em 2010, embora o aumento no Índice tenha ocorrido para os dois anos, esse crescimento é mais significativo no último ano, apontando para importância maior da renda para a qualidade do emprego no ano de 2010 do que no ano de 2000, uma vez que a diferença do IQE para o IQE' de 2010 foi maior do que a diferença do IQE para o IQE' de 2000.

Para a ponderação do IQE'' aplicou-se o peso de 80% para o indicador parcial de renda e 20% para o indicador parcial de formalização do trabalho. A partir dessa nova estrutura verifica-se uma piora no resultado do índice para os dois anos, sendo o IQE'' o menor dos 3 índices.

Inferese dessa maneira que mesmo havendo uma melhoria no grau de formalização, não seria suficiente para melhorar as condições dos empregados do Milho em Minas Gerais caso o rendimento dos trabalhadores não apresentasse crescimento.

Tabela 2 - Indicadores simples, parciais e IQEs dos assalariados no Milho: Minas Gerais, 2000 e 2010

	2000	2010
Jornada de Trabalho	41,2	64,2
Carteira Assinada	17,0	18,0
Contribuinte Previdência Social	20,7	24,7
Trabalho Não Infantil	98,1	98,9
Não Pobre	27,1	15,8
TRABFORMAL	44,2	51,5
TRABREND	15,9	10,3
IQE	30,1	30,9
IQE'	32,9	35,0
IQE''	27,2	26,8

Fonte: Microdados Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Projeto IERI/UFU (DIRPE/PSFE Nº 0140/2018)³.

Analisando a evolução e distribuição absoluta dos ocupados do Milho no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nos anos de 2000 e 2010, contido na Tabela 3, é possível notar queda em todas as categorias de ocupação analisadas, exceto para a categoria de “Trabalhador na produção para o próprio consumo”.

Esse fenômeno descendente é confirmado pelo resultado total, com uma redução de 36,5% do número total de trabalhadores na produção do Milho nessa região. Mais uma vez, pode-se supor o avanço da adoção de novas tecnologias poupadoras de mão de obra provenientes da Revolução Verde.

Outro aspecto observado em relação à variação absoluta é uma queda mais significativa dos trabalhadores sem carteira de trabalho em relação aos com carteira de trabalho, apontando para uma possível formalização do emprego na produção do Milho na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Já a categoria “Empregador”, praticamente não apresentou alteração, enquanto houve expressiva diminuição dos trabalhadores da categoria “Não remunerados em ajuda a membro do domicílio”, variação de 96,1% e um aumento expressivo daqueles que trabalham na produção para o próprio consumo – o que pode estar configurando apenas uma possível substituição de uma atividade por outra.

³ Projeto “Condições de Trabalho e de Vida dos Assalariados (e dos Contas-próprias) na Agropecuária e em Setores Seleccionados da Economia Brasileira (2002-2015)”.

Em relação às distribuições relativas, as categorias que mais apresentam participação são “Empregado com carteira de trabalho”, “Empregado sem carteira de trabalho” e “Conta-própria”, sendo que se somando essas duas últimas categorias tem-se um pouco mais de 50% da participação dos trabalhadores.

Se anexarmos ainda a categoria “Trabalhador na produção para o próprio consumo” soma-se quase 60% do total de empregados do setor. Existe diante dos dados uma suspeita de possível perda de qualidade do emprego caso parte relevante desses trabalhadores não sejam segurados do INSS.

Tabela 3 - Evolução e distribuição, absoluta e relativa, dos ocupados no Milho: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000 e 2010

Posição na Ocupação	Nr Pessoas x 1.000			% s/ o Total do Ocupados	
	2000	2010	Var. %	2000	2010
Empregado com carteira de trabalho	753	610	-19,0	27,9	35,6
Empregado sem carteira de trabalho	964	352	-63,5	35,8	20,5
Empregador	86	85	-1,1	3,2	5,0
Conta-própria	712	529	-25,7	26,4	30,9
Não remunerado em ajuda à membro do domicílio	134	5	-96,1	5,0	0,3
Trabalhador na produção para o próprio consumo	47	132	177,8	1,8	7,7
TOTAL	2.697	1.713	-36,5	100,0	100,0

Fonte: Microdados Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Projeto IERI/UFU (DIRPE/PSFE N° 0140/2018)⁴.

A tabela 4 mostra os indicadores simples, parciais e os IQEs dos assalariados no Milho na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nos anos 2000 e 2010. Observa-se que houve uma melhora em quase todos os indicadores simples analisados.

O número de empregados no milho com jornada de trabalho de até 44 horas semanais saltou de 32,5 para 61,0 em uma escala de 0 a 100. Houve aumento no número de empregados com carteira assinada e também daqueles que contribuem com a Previdência Social, além do êxito em eliminar o trabalho infantil. No entanto, os dados apresentaram uma queda no número de trabalhadores que recebem mais que um salário mínimo.

⁴ Projeto “Condições de Trabalho e de Vida dos Assalariados (e dos Contas-próprias) na Agropecuária e em Setores Selecionados da Economia Brasileira (2002-2015)”.

A partir desses resultados pode-se inferir que apesar da formalização do trabalho ter avançado não ocorreu o mesmo fenômeno com o rendimento dos empregados no Milho. Conclusão sustentada ao observar os resultados dos indicadores parciais, uma vez que do ano de 2000 para o ano de 2010 ocorreu aumento de 55,8 para 73,2 no grau de formalização do trabalho em contrapartida a uma queda de 45,1 para 42,8 nos rendimentos provenientes do trabalho principal desses trabalhadores.

Ao analisar o IQE para a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, atribuiu-se peso de 50% tanto para o índice parcial de rendimento quanto para o índice que mede o grau de formalização do trabalho.

A partir dessa distribuição chegou-se ao resultado de 50,5 para o IQE de 2000 e 58,0 para o IQE de 2010, é possível notar dessa maneira um pequeno progresso na qualidade de emprego de 2000 para 2010, apesar de manterem-se baixos ao considerar a escala de 0 a 100.

Assim, ao alterarmos a composição para (0,60 TRABREND) e (0,40 TRABFORMAL), verifica-se uma melhora para ambos os índices, que sobem para 51,5 e 61,0 respectivamente. Apesar do baixo incremento nos resultados dos IQE's do ano 2000 e 2010, é possível inferir que o acréscimo na renda desses trabalhadores teria impacto positivo sobre a qualidade do emprego.

Para o cálculo do IQE'' a ponderação foi modificada para (80 – 20) chegando o resultado de 49,4 para o IQE'' de 2000 e 55,0 para o IQE'' de 2010, ou seja, apresentou uma piora entre os dois anos. Tais resultados foram os menores dos 3 índices calculados. Dessa maneira, sugere-se que a qualidade do emprego tende a diminuir caso o incremento de rendimento não acompanhe o avanço no grau de formalização dos empregos desse setor.

Em todos os casos analisados para o TMAP, o IQE se manteve baixo, muito próximo a 50 na escala de 0 a 100, exceto para os anos de 2010, cujo IQE' alcançou o resultado de 61. Assim, de forma geral, a qualidade do emprego permaneceu em um patamar no máximo mediano, não apresentando melhorias significativas.

Tabela 4 - Indicadores simples, parciais e IQEs dos assalariados no Milho: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000 e 2010

	2000	2010
Jornada de Trabalho	32,5	61,0
Carteira Assinada	43,9	63,4
Contribuinte Previdência Social	47,6	68,2
Trabalho Não Infantil	99,1	100,0
Não Pobre	78,0	63,7
TRABFORMAL	55,8	73,2
TRABREND	45,1	42,8
IQE	50,5	58,0
IQE'	51,5	61,0
IQE''	49,4	55,0

Fonte: Microdados Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Projeto IERI/UFU (DIRPE/PSFE Nº 0140/2018)⁵.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de desenvolvimento capitalista a agricultura mostrou-se fundamental para a sustentação e superação aos entraves que se apresentaram como impedimento à acumulação do capital.

O presente trabalho buscou destacar dentro da agricultura brasileira a cultura do milho. Este grão muito utilizado para a alimentação de animais, mas também com muitas outras finalidades, provavelmente teve sua origem na América e após a colonização do continente passou a ser cultivado também em solo europeu.

Para além disso, o milho tem ganhado participação cada vez maior na produção agrícola do país. Em um ano de muitas incertezas como foi 2020 devido a pandemia do Corona Vírus, pesquisas do IBGE evidenciaram o milho em grão em 2º lugar no *ranking* da produção agrícola em tamanho de área plantada ou destinada ao plantio, em área colhida, produção em toneladas e em rendimento médio de produção perdendo apenas para a produção de soja.

Com a finalidade de analisar a evolução da qualidade do emprego dos trabalhadores assalariados do Milho na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nos anos de 2000 e 2010 conforme dados do Censo Demográfico, construiu-se índices de qualidade do emprego

⁵ Projeto “Condições de Trabalho e de Vida dos Assalariados (e dos Contas-próprias) na Agropecuária e em Setores Seleccionados da Economia Brasileira (2002-2015)”.

(IQE's), a fim de testar a hipótese de que houve piora nas condições de trabalho, assim como apontado por Delgado (2012).

De acordo com os resultados obtidos, pode-se inferir que a hipótese não se confirmou por completo. Pois mesmo reduzindo o número de trabalhadores no setor do Milho no TMAP e aumentando o grau de formalização dos trabalhadores, o que por sua vez corrobora para uma possível melhoria na qualidade do emprego, em um primeiro momento com o aumento do peso do índice parcial de rendimento para a obtenção do IQE' o resultado obtido foi de encontro a tal suposição.

No entanto, ao ser elevado novamente o peso do indicador parcial que mede a renda no emprego principal em detrimento do indicador parcial que mede o grau de formalização para o cálculo do IQE'', verificou-se um piora no valor do índice que ficou em um patamar inferior em relação a todos os índices calculados tanto para o ano de 2000 quanto para o ano de 2010.

Embora o grau de formalização tenha aumentado entre os anos de 2000 e 2010, não foi acompanhado por incremento de renda, a quantidade de trabalhadores que recebem rendimento acima de 1 salário mínimo proveniente do emprego principal caiu com o passar dos anos como demonstrado pelos dados.

Portanto, a hipótese não se confirma por completo, pois em um primeiro momento os resultados do IQE' apontam para uma melhora na qualidade do emprego, porém esse resultado não se sustenta, apontando posteriormente para uma piora nas condições de trabalho.

Pode-se inferir que os ganhos obtidos pela formalização dos trabalhadores são benéficos, mas a partir de um determinado ponto, se esse movimento não for acompanhado por ganhos de renda, acarreta deterioração da qualidade do emprego.

Outro fato interessante a observar é que o discurso do capital ao longo do desenvolvimento capitalista foi o de que tecnologias mais avançadas trariam melhorias para os trabalhadores e mesmo o TMAP sendo considerado tecnologicamente mais avançado em comparação ao estado de Minas Gerais, esse discurso não se confirma.

Ao observar os resultados é possível notar que os IQE's se mantiveram baixos, próximos a 50 em uma escala de 0 a 100, exceto para o ano de 2010, cujo IQE' alcançou o resultado de 61, resultado que não se manteve como visto anteriormente. Assim, as condições dos trabalhadores (IQE's) não estão compatíveis ao discurso do capital.

De forma geral, a qualidade do emprego permaneceu no máximo mediana, não apresentando melhoras significativas, resultado puxado para baixo sobretudo pelos baixos rendimentos dos trabalhadores do setor do Milho.

Ao destacar por exemplo o IQE” de 2010 cujo valor é de 55,0 é possível concluir que 55% dos empregados assalariados do Milho no TMAP estão em melhores condições, porém 45% ainda permanecem em condições fora da normalidade.

A piora dos resultados foi devido sobretudo ao baixo rendimento dos trabalhadores, uma vez que o percentual de trabalhadores que recebem acima de um salário mínimo caiu de 78,0 para 63,7 entre os anos 2000 e 2010, de acordo com os dados do Censo Demográfico.

Dessa maneira, grande parte dos trabalhadores permanecem sendo explorados excessivamente, pois seus rendimentos não estão de acordo com o valor da força de trabalho. O que por sua vez pode impedir que esses trabalhadores tenham acesso aos bens e serviços necessários para garantir a reprodução das condições de trabalho e de vida em condições normais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A importância da cadeia do milho para a economia brasileira. Nidera Sementes, 2021. Disponível em: <https://somosmilhoes.com/a-importancia-da-cadeia-do-milho-para-a-economia-brasileira/#:~:text=Cultura%20do%20milho%20foi%20respons%C3%A1vel,do%20setor%20agropecu%C3%A1rio%20no%20Brasil&text=A1%C3%A9m%20de%20abastecer%20o%20mercado,para%20cerca%20de%20170%20pa%C3%ADses>. Acesso em: 19/08/2022.

ALVES, G. (1998). Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa, p. 109-162, in: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. [orgs.] (1998). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

AMITRANO, C. R. Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil, p. 119 – 144, in: PETRELLI, V. [org.] (2013). Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

ANTUNES, R. (2001). Dimensões da Crise Estrutural do Capital, p. 29-34 (Cap. II), in: ANTUNES, R. (2001). Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo (Coleção Mundo do Trabalho).

BALSADI, O. V. (2000). Características do Emprego Rural no Estado de São Paulo nos Anos 90. Campinas, SP, Unicamp-IE. (Dissertação de Mestrado)

DELGADO, G. C. (2012). Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1, n. 1.

MENELEU NETO, J. (1998). Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva, p. 75-108, in: TEIXEIRA, F. J. S.;

NASCIMENTO, C. A. do. FILHO, N. A.; MARTINS, G. C. R. R. (2010). As condições do trabalho não especializado na cana-de-açúcar e na construção civil. Revista Economia Ensaios, Uberlândia, 24 (2), p. 69 – 80, Jan/Jun 2010.

NASCIMENTO, C. A. do. (2018). Trabalho excedente e excessivo dos assalariados na indústria de transformação, Brasil (2002-2004). XXIII Encontro Nacional de Economia Política (ENEP/SEP). Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%208/110.pdf>, 2018, acesso em 29/06/2022.

NUNES, J. L. da S. Importância econômica do milho. Agrolink. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/culturas/milho/informacoes/importancia_361402.html>. Acesso em: 19/08/2022.

SOARES, M. A. T. (2010). A Centralidade do Trabalho no Processo de Valorização do Capital. POLITÉIA: História e Sociedade, v. 10, n. 1, p. 221-238.